



UNICAMP



1290004066

TCC/UNICAMP
Si38h
IE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CEDOC - IE - UNICAMP

“Hegemonia em Declínio? As relações entre EUA e China”

Monografia elaborada pelo aluno Renato Povia
Silva (RA 035618) como exigência para
graduação em Ciências Econômicas na
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Professor Dr. Eduardo Mariutti

Mariutti, Eduardo Barros

CEDOC - IE - UNICAMP

Campinas, julho de 2009

TCC/UNICAMP
Si38h
1290004066/IE

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar a atual condição sob a qual se encontra o ciclo hegemônico norte-americano e apontar as relações e contradições deste país com a China. A idéia central é apontar que os Estados Unidos vêm adotando estratégias diplomáticas equivocadas, o que tem criado oportunidades para a ascensão de outras nações, em especial a China. Além disso, serão analisados brevemente os ciclos hegemônicos observados até então, o que servirá de base para todo o estudo.

PALAVRAS-CHAVE

Conceito de hegemonia

Ciclos hegemônicos

Hegemonia americana

Órgãos multilaterais

Guerra do Iraque

China

Economia chinesa

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo carinho sem tamanho, exemplos cotidianos e apoio incondicional.

Ao professor Eduardo Mariutti, pela orientação e por ter aceitado tamanho desafio.

Ao professor Hernani Maia, pelos comentários, participação durante a defesa e confraternizações

Aos meus amigos, por terem feito desses anos de faculdade os melhores.

Sumário

1. O Conceito de Hegemonia.....	03
1. Introdução	03
2. A dinâmica das sucessões hegemônicas.....	04
3. O Conceito de Hegemonia.....	07
2. A Hegemonia Americana.....	10
1. Introdução.....	10
2. A passagem do bastão Inglaterra – EUA	10
3. As bases da hegemonia americana	14
3. Fim do Ciclo?.....	20
1. Fim do ciclo?	20
2. A sucessão.....	27
3. Conclusão.....	34
4. Notas.....	36
5. Bibliografia.....	37

1. O Conceito de Hegemonia

1.1 Introdução

A caracterização da hegemonia no cenário econômico internacional é essencial na realização do estudo das relações vigentes, não só entre os países, mas também para todos os agentes econômicos. É consenso no meio acadêmico que após a II Guerra Mundial iniciou-se um período de bipolaridade em todo o globo. Se de um lado os Estados Unidos da América, grandes vencedores da "Era do Caos", como denominada por HOBSEBAWM (1995), levantaram a bandeira do capitalismo, do outro estava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que almejava implantar, ao redor do globo, o comunismo.

Durante a Guerra Fria o mundo esteve sujeito a muita pressão, e mesmo que nenhum país estivesse realmente disposto a apertar o gatilho, a corrida pelo aumento das zonas de influência teve enorme reflexo na geografia mundial. Descolonizações em massa, a divisão da Alemanha, a reconstrução da Europa Ocidental (como parte do Plano Marshall adotado pelos Estados Unidos), mísseis apontados de Moscou a Washington e vice-versa, etc. toda essa movimentação envolvia, na verdade, uma guerra que tinha como objetivo obter o reconhecimento de cada uma das nações como hegemonia soberana, mas sob uma nova forma de dominação (HOBSEBAWM, 1995, CAP. 9). Este confronto (Guerra Fria) tratou-se de uma nova forma de disputa, não por colônias dependentes como visto nos outros três ciclos hegemônicos até então conhecidos - Gênova (do século XV ao início do XVII), Holanda (do fim do século XVI até a maior parte do XVIII) e Inglaterra (da segunda metade do XVIII ao início do XX), - mas por zonas de influência. Estas zonas estariam subordinadas ao país dominante informalmente, mas não menos do que uma colônia, dado que estas estariam subjugadas à ideologia a eles aplicada e, fundamentalmente, àquela economia. A queda do muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989 selou a vitória americana, porém esta já podia ser prevista com décadas de antecedência, em especial pelo papel central assumido pelo dólar no comércio internacional e pela economia americana como "motor" da economia mundial (com exceção do bloco comunista). Esta nova forma de relacionamento é a principal especificidade que caracteriza o desenho assumido pela hegemonia americana.

Com a derrota e o desmantelamento oficial da URSS exatamente dois anos e um mês após a queda do Muro, houve, como era de se supor, a retomada da hegemonia americana. É este o principal fenômeno observado na década de 90. Nesta década o avanço da teoria liberal nas políticas executadas pelos países agora chamados “em desenvolvimento”, que já havia sido iniciado na década anterior ganha força, em especial na América Latina. A influência americana passa, então, a guiar as ações e, conseqüentemente, os rumos tomados pelas economias capitalistas menos desenvolvidas. Aqui outra especificidade da dominação norte americana é digna de nota: em nenhum dos outros ciclos hegemônicos tantos órgãos multilaterais foram criados: FMI, ONU, Banco Mundial, OMC, OIT, etc. ainda mais estando estes tão subordinados quanto os previamente citados se encontram em relação aos EUA. No FMI, por exemplo, o peso dos EUA nas votações realizadas é de 17,09%, estando o Japão em segundo com apenas 6,02%. O cálculo fica ainda mais claro se considerarmos os 193 países membros das Nações Unidas os quais, em uma divisão igualitária, deveriam ter direito a aproximadamente 0,5% dos votos nos órgãos multilaterais cada.

O caminho brevemente descrito acima é o que este trabalho se propõe a trilhar e detalhar. Ao final desta apresentação descritiva, já com uma boa idéia de quais são as bases que sustentam a economia americana como hegemônica, será feito um estudo, agora com caráter conclusivo, analisando-se as relações norte-americanas com a China. Este modelo possui contradições que podem levar os EUA a dar um tiro no próprio pé.

1.2 A dinâmica das sucessões hegemônicas

As relações entre países mudam conforme variam espaço e tempo, assim como se alteram também os panos de fundo por trás destas relações. Com um rápido olhar na história do capitalismo podemos concluir que, desde o século XV, temos observado recorrentes ascensões e declínios de nações a uma condição particular de enorme influência direta e indireta sobre todos os outros países pertencentes a este ambiente político e econômico.

Nos termos de Marx, a acumulação de capital, descrita em sua teoria como $D - M - D'$, apresenta ciclos macro de longuíssima duração. Nesses ciclos uma nação (ou região) toma a frente do processo trazendo para todos os outros agentes um grau de estabilidade maior que o observado na ausência de um líder, sendo o processo, portanto, benéfico para o sistema como um todo. Esse fenômeno pode durar mais de um século e é exposto por ARRIGHI (1996) como sendo finito e recorrente. Este autor ainda define o ciclo como tendo, em sua fase inicial, um período de abundância e crescimento expressivo, baseado na força do movimento $D - M$. Este estágio teria baixo grau de incerteza e daí a disposição dos agentes em abrir mão da forma líquida da riqueza (D) e imobilizá-la na forma de investimentos (M). O segundo momento é definido pelo autor como sendo aquele no qual os "agentes capitalistas não têm a perspectiva de aumentar sua liberdade de escolha, ou quando essa perspectiva é sistematicamente frustrada, o Capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo a forma monetária". (ARRIGHI 1996, pág 5).

A conclusão acima se baseia na visão supostamente braudelliana de que uma expansão puramente financeira seria um sintoma de maturidade do ciclo em questão. Nas palavras de Arrighi: "As expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para o capitalista. Assim, há uma tendência de mudança do $D - M - D'$ para o $D - D'$." (ARRIGHI 1996, pág 6).

As quatro expansões já observadas na história guardam grande semelhança entre si sobre a existência de uma potência hegemônica, seja ela um país, um conjunto de cidades ou uma região. Esta potência valia-se, à época, de condições políticas e/ou econômicas e/ou geográficas vantajosas que possibilitaram a ascensão dos supracitados à condição de potência hegemônica. "Como regra geral, as grandes expansões materiais só ocorreram quando um novo bloco dominante acumulou poder mundial o suficiente para ficar em condições não apenas de contornar a competição interestatal, ou erguer-se acima dela, mas também de mantê-la sob controle, garantindo um mínimo de cooperação entre os Estados" (ARRIGHI 1996, pág 13). Isto ocorre devido à relação íntima verificada entre o capitalismo como sistema econômico mundial e os Estados nacionais. A visão de que os mercados de livre concorrência favoreceriam a acumulação de capital

parece não se comprovar. Em períodos de concorrência aberta, a incerteza dá sinais de aumentar, ao passo que sob a égide de uma liderança reguladora que delineie as regras do jogo, o nível de incerteza é comprovadamente reduzido, devido à maior imobilização do Capital. FIORI (2005) argumenta que o poder político de um estado aumenta quando este se associa com o poder econômico do empresariado. Assim, o debate sobre a importância do livre comércio para a expansão do poder do *hegemon* deve ser ponderado por um fator decisivo: a abertura comercial das nações só é incentivada (ou imposta) depois de comprovada a maior produtividade da indústria da potência dominante. Este raciocínio também é exposto por FURTADO (2000) e CHANG HA JOON (2003). Em seus trabalhos fica clara a postura adotada pelos governos dos países que buscam desenvolver sua indústria nacional. Na primeira etapa, protecionista, fecham-se as fronteiras para o fortalecimento da indústria doméstica para, num momento posterior, com uma indústria competitiva, instaurar (e incentivar/pressionar outros países) uma política liberal.

A finitude dos processos aqui analisados sugere o questionamento de, após explicadas as razões (mais intuitivas) da queda de uma potência hegemônica, como ocorreria a “escolha” da próxima da linha de sucessão. O termo sucessão foi empregado porque os fatos sugerem uma “passagem do bastão” e não uma simples ordem: caos sistêmico, ascensão e declínio. A hipótese aqui defendida é de que os recursos, após o forte ciclo de acumulação da expansão hegemônica, não mais encontrariam possibilidades de valorização. Daí a sua liquefação. O porte da riqueza neste novo estado deixa o agente capitalista pouco sujeito a oscilações do nível de atividade econômica e, acima de tudo, este não se vê preso a nenhum ramo de atividade, estando livre, portanto, para aproveitar oportunidades vindouras. Este período de espera corresponde justamente àquele em que há carência de regras, ou, de hegemonia. Ele é caracterizado por uma redução do ritmo de crescimento da atividade econômica mundial e pelo pessimismo em relação ao futuro. Somados os dois fatores temos um processo de retomada do crescimento econômico vagaroso e marcado por extrema cautela por parte dos agentes.

Passado algum tempo, boas e crescentes oportunidades de valorização apareceriam em outro espaço, sob novas regras, com vantagens e desvantagens em relação ao ciclo anterior. O capital, antes sob a forma líquida, agora encontra condições favoráveis à sua volta à fase inicial do processo de valorização (D – M). Esta primeira fase é marcada pelo aumento do otimismo dos agentes em relação ao

futuro, o que aumenta a sua propensão ao risco e, conseqüentemente, faz com que eles estejam menos temeroso quanto à imobilização do seu capital.

Dado que a retração tende a ser mais dura nos mercados em que os mercados de capitais estão mais desenvolvidos, é natural que as oportunidades de valorização surjam em outros mercados que não aquele que foi pujante no ciclo anterior. Essa drenagem de recursos acaba por capitalizar a hegemonia nascente, ao mesmo tempo que enfraquece ainda mais a antiga potência dominante. "Quanto à questão do endividamento nacional, a potência hegemônica decadente, historicamente, financia a potência em ascensão" (ARRIGHI 1996, p. 14). A aparente irracionalidade do processo é, na verdade, uma tentativa frustrada, por parte dos agentes ultrapassados, de apropriar-se dos excedentes da nova hegemonia.

A análise de Arrighi mostra que há uma evolução na mudança de poder. Ou seja, a cada vez que o poder muda de mãos, a abrangência e a intensidade com as quais se aplicam a hegemonia aumentam, ou, em outra visão, as "capacidades organizacionais [...] para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial" adensam-se. Assim, a constatação de Braudel de que "Amsterdã copiou Veneza, tal como Londres viria a copiar Amsterdã e como Nova York, um dia, copiaria Londres", deve ser adida da consideração de que cada uma das sucessões se deu porque esta demonstrava melhores atratividades ao capital. Em outras palavras, de fato a cópia é um processo nítido, porém há que se considerar que Amsterdã possuía vantagens como centro financeiro do mundo em relação à Veneza, assim como a Inglaterra era a Rainha dos Mares e produzia muito abaixo do custo dos "concorrentes" devido ao pioneirismo de sua revolução industrial. Na ascensão dos EUA, a ultrapassagem deste por Londres é ainda mais latente, devido ao "espírito empreendedor" e à meritocracia exuberante contida nesta nação. De fato, o desejo incontrolável dos norte-americanos pela inovação, pelas patentes e, sobretudo pela produção em massa com base em peças moldadas e substituíveis manteve a hegemonia americana como o motor da economia mundial durante décadas. Resta sabermos até que ponto a escala, os baixos controle de qualidade e normas de segurança e, acima de tudo, a engenharia reversa chinesa (que os permitem inscrever "made in China" em desde os Souvenir de Torres Eiffel vendidos em Paris e Galos de Barcelos em Portugal até carros europeus e americanos nitidamente plagiados sem

o menor sentimento de culpa) serão capazes de sobrepor os EUA como motor da economia mundial.

1.3 O Conceito de Hegemonia

Uma vez que temos a idéia geral que está por trás da dinâmica sucessória das potências hegemônicas, podemos voltar nossa atenção para a definição do que estamos tratando por hegemonia.

Uma caracterização intuitiva nos levaria a cair no senso comum, onde o principal equívoco reside na confusão entre hegemonia e dominação. Mesmo na academia estes conceitos, muitas vezes, não são devidamente delineados, o que pode gerar problemas. É verdade que muitos são os pontos em comum, porém, ficaremos aqui com o conceito usado por Gramsci, para quem a hegemonia caracteriza-se por um "poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral" (ARRIGHI 1996, pág 28). Essa definição gramsciana foi elaborada para o estudo de relações sociais, porém podemos nos basear nos mesmos parâmetros e ampliar esta definição de modo a adequá-la para o ambiente internacional.

Quando concebemos a hegemonia não apenas como dominação, mas esta somada à liderança exercida (no nosso caso) por uma nação, admitimos, em maior ou menor grau, a convivência dos subjugados. Esta aceitação é entendida nos termos, já explicados, de que a hegemonia é saudável para o sistema como um todo. Para Maquiavel, numa visão muito similar à de Gramsci e também elaborada para relações sociais, a dominação teria dois componentes, o consentimento ou liderança moral, e a coerção, ou o uso da força. Ao se referir a Maquiavel, Gramsci ainda sugeriu um nível intermediário, onde estariam a corrupção, a fraude e a compra dos líderes antagonistas. Este último ponto não será tratado neste trabalho. Nos deteremos aqui na ameaça, ou intimidação, bélica e no consentimento, ou liderança moral, exercidos.

A liderança será tratada como a capacidade de um Estado de buscar seus interesses como sendo comuns a todos e atrair os demais Estados para a sua via de desenvolvimento. Este é o ponto fundamental a ser tratado neste trabalho. A imposição de uma ideologia por parte da potência hegemônica e sua habilidade em convencer os demais agentes de que a sua liderança é benéfica para todos e que

sua proposta de desenvolvimento é a mais apropriada aos interesses coletivos comuns.

A convivência dos outros Estados pode partir de duas fontes de interesses. A primeira e mais intuitiva é a demanda dos próprios governantes por um conjunto de "normas", sejam elas formais ou implícitas, que controlem a concorrência desenfreada e instaure um ambiente coordenado e mutuamente cooperativo.

A segunda fonte de poder que pode legitimar a potência hegemônica é proveniente não dos governantes, mas dos governados. Ou seja, se as condições aplicadas pela hegemonia conseguirem suficiente apoio dos agentes dentro dos Estados. Nas palavras de ARRIGHI (1996):

"Um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles". (ARRIGHI 1996, pág 30).

Na extrapolação dos limites utilizados durante a criação do conceito social por Gramsci e Maquiavel, uma ressalva há que ser feita. No âmbito nacional, é perfeitamente possível que todos os grupos sociais não-líderes tenham sucesso ao absorver e compactuar com a ideologia imposta pela classe dominante. Isto é possível pois este crescimento será obtido em detrimento de outros Estados nacionais e provavelmente com maior nível de concorrência interna (predatória). Porém, quando ampliamos esta discussão, devemos, obviamente, considerar que não é possível que todos os países ganhem poder relativo. Ou seja, ao se elevar o poder de uma nação, outra(s) tem (têm), necessariamente, que ceder espaço, pois trata-se de um jogo de soma zero.

2. A Hegemonia Americana

2.1 Introdução

Os ciclos hegemônicos, como descritos por Arrighi sugerem a existência de ondas sucessórias de poder, nas quais o Capital encontra condições favoráveis de valorização. No entanto, conforme foi exposto no capítulo 1, as ondas tem relação entre si, de modo que os recursos abundantemente existentes no *hegemon* do ciclo anterior são deliberadamente direcionados para o novo *hegemon*, não havendo o período de "caos sistêmico" no qual a ausência total de ordem sugere uma alocação quase que aleatória do Capital – agora em sua fase mais líquida.

Assim, nos cabe mostrar, presente capítulo, a relação e os fatores que determinaram o caminho trilhado pelo capital entre sua saída das mãos inglesas e a concomitante drenagem para o território americano.

2.2 A passagem do bastão Inglaterra - EUA

A história da luta pelo poder no cenário internacional muda ao longo dos séculos mas, com exceção da ampliação do seu ambiente da Europa para o resto do mundo, não se pode dizer que houve uma mudança em seu *locus*. Assim, a história da ascensão americana não pode, de forma alguma, ser tratada separadamente da disputa pelo poder observada entre as grandes potências européias. Desde a percepção dos EUA como potência econômica única no território americano por parte dos países europeus, até o choque dos juros e liberalização das taxas de câmbio – momento no qual os EUA se viram com absoluta liderança no cenário internacional – a batalha pelo controle se deu entre os mesmo países, com os mesmos meios de afirmação.

Como observado em outros ciclos, o despertar do futuro *hegemon* se dá com a atratividade do capital financeiro (ou seja, a riqueza em estado líquido devido à proximidade do fim do ciclo anterior). No caso americano as grandes obras, sobretudo das redes de telégrafo, ferrovias e postos de exploração e, num segundo momento refino de petróleo representaram grande atratividade para o abundante

capital inglês que já não encontrava retornos lucrativos em território nacional e tampouco na Europa, continente dominado pela guerra.

Com a entrada de capital em larga escala no território americano, o país se viu em uma condição plenamente favorável que lhe permitiu obter altas taxas de crescimento econômico. Isso porque além das fartas reservas de petróleo e da disponibilidade quase ilimitada de terras para o plantio e a produção de *commodities* que permitiram aos EUA serem um país primário-exportador para abastecer uma Europa mergulhada em sucessivas guerras e sedenta por bens de tal ordem, os Estados Unidos começavam a mostrar ao mundo o seu espírito empreendedor. A busca incessante por produção em série de armamentos, pela redução dos custos de transporte de petróleo através da comunhão de oleodutos e pelo manuseio do vapor como motor de máquinas cada vez mais sofisticadas e produtivas que tinham como referencial de competição os padrões ingleses – soberanos no mundo até então – transformaram o abundante capital inglês e o fizeram financiar um robusto crescimento econômico que, anos mais tarde seria apresentado ao mundo juntamente com uma rede diplomática bem costurada pela postura sempre clara e bem definida de seus governantes.

O maior exemplo desta escalada nos dois sentidos aqui tratados como hegemonia – reside na forma como os países europeus enxergavam a nação americana. À época da doutrina Monroe, que pregava que nenhum país deveria interferir no continente americano, os EUA encontravam-se sem poder e reconhecimento global de tal maneira que a rainha dos mares ridicularizava sua diplomacia internacional como descrito em Fiori (2005):

"A Doutrina Monroe, anunciada em dezembro de 1823, foi uma declaração política destinada às grandes potências, e sem maior consideração pela vontade política dos novos estados recém-criados. na América espanhola e portuguesa. Mas, pelo seu lado, os europeus simplesmente desconhecaram o discurso de Monroe, enquanto os ingleses tentavam ridicularizá-lo, divulgando os termos do seu acordo com o ministro francês Polignac, a favor da não intervenção na América e assinado em outubro de 1823, portanto antes do discurso de Monroe."

Por algumas décadas a política americana foi mantida nos moldes da Doutrina Monroe. Os EUA tinham tratados que garantiam a não-intervenção de outros países, sobretudo europeus, no território americano, ao mesmo tempo em que sua atividade militar limitava-se ao território nacional. É importante destacar que

até este momento, a Inglaterra reinava soberana como rainha dos mares e seria pouco inteligente por parte dos americanos confrontarem-se com a última, ignorando seu poderio diplomático e militar. Assim, apesar da declaração "América para os americanos", os Estados Unidos pouco ou nada fizeram para conseguir exercer sua influência na América Latina até que tivessem cacife para fazê-lo, de forma que a ridicularização inglesa procedia.

Apesar desta postura passiva em relação à supremacia inglesa, os EUA aproveitaram este cenário para fazer a lição de casa. Enquanto a atuação diplomática americana em relação à Inglaterra era tímida, a economia americana ganhava produtividade.

A Guerra Civil americana, apesar dos custos de destruição de Capital inerentes a qualquer guerra, em especial guerras ocorridas em território nacional, consolidou os EUA como mercado consumidor único e permitiu uma maior conciliação e convergência entre as diretrizes adotadas pelo governo e o Capital financeiro, agora nacional e fortalecido pelo recente crescimento econômico observado.

"A guerra civil é que foi a grande responsável pela construção do Estado moderno e da economia americana, na medida em que obrigou a nacionalização do exército e a consolidação de uma dívida pública da União, que se transformou no lastro do sistema bancário e financeiro, e que se expandiu e nacionalizou naquele período, ao mesmo tempo em que se montava um novo sistema de tributação capaz de avalizar o endividamento da guerra, durante o período da reconstrução, os títulos da dívida pública contraída pela União tiveram um papel fundamental no financiamento das ferrovias que atravessaram o território americano, abrindo os caminhos para a expansão dos negócios e das grandes corporações que integraram o mercado nacional americano (...) [Formou-se a] aliança entre o poder da União e o novo Capital financeiro que foi decisiva para o sucesso da revolução econômica que sacudiu os Estados Unidos nas últimas décadas do século XIX." (Fiori 2005)

Estes dois fatores em conjunto, a consolidação de um mercado consumidor extremamente pujante para a indústria e um Capital financeiro verdadeiramente nacional e orientado com as políticas nacionais levaram os EUA a liderar o circuito econômico mundial.

De acordo com Morris (2005) em 1885 "Os Estados Unidos já tinham a maior população entre as nações industrializadas e eram o país mais rico sob todos os critérios – renda *per capita*, disponibilidade de recursos naturais, produção industrial, valor das terras produtivas e fábricas". Este aumento do poder americano,

uma vez mais, não era isolado dos movimentos ocorridos no continente europeu. Nas últimas décadas do século XIX, as faíscas produzidas pelos atritos diplomáticos dos países industrializados europeus tomaram a atenção destes, em especial a inglesa, deixando o caminho livre para a declaração da independência norte-americana. A partir daí as tensões no continente europeu aumentaram e já em 6 de dezembro de 1904 "o presidente Roosevelt reformulou a Doutrina Monroe e adequou-a aos novos tempos. (...) A primeira vez que um governante norte-americano defendeu o direito dos EUA ao "ataque preventivo" contra Estados que se mostrassem "ineficientes" do ponto de vista de sua ordem interna, ou que ficassem "inadimplentes" do ponto de vista de suas dívidas externas". (FIORI 2005, pág. 63)

Passado quase um século da declaração da Doutrina Monroe, os EUA entram na I Guerra Mundial como a única potência atuante em seu próprio continente e já com alguma influência no continente asiático. Isto somado à robustez econômica, tanto industrial quanto financeira, e ao início da Guerra que além de consumir os recursos disponíveis nas nações que concorriam pelo segundo lugar em poder internacional, destruíam capital produtivo em seus territórios e ainda endividavam os Estados nacionais enquanto dinamizavam ainda mais a economia americana garantindo demanda a produtos produzidos em larga escala pelos EUA, os bens de primeira necessidade e armamentos.

A I Guerra Mundial, por sua localização e pelos fatores descritos acima, desequilibrou a balança do poder mundial de forma incontestável a favor dos EUA.

"O período entre guerras liquidou de vez a hegemonia inglesa consubstanciada no "imperialismo de livre comércio" e no padrão Libra-ouro. As dívidas de guerra e a inexistência de uma nova Divisão Internacional do Trabalho que lhes fosse favorável converteram rapidamente o padrão-ouro num anacronismo não operacional. Os EUA assumem a posição dominante em termos econômicos e financeiros e saem do conflito com mais da metade das reservas de ouro mundiais. Nesta condição, os americanos se negam a renegociar a dívida dos aliados, transferindo para os banqueiros de Wall Street as negociações. A Inglaterra é devedora líquida dos EUA, mas ficou credora em moeda fraca." (TAVARES E BELLUZZO)

A tentativa de reviver a era de ouro inglesa do pré-guerra, e sobretudo o excesso de otimismo, ao tentar implantar a mesma relação Libra-ouro após quatro anos de guerra intensa e grande perda da credibilidade inglesa (enquanto *hegemon*)

fracassou. Os EUA foram ágeis em repassar o controle das negociações de dívidas a seus banqueiros, reiterando a posição já discutida sobre a relação íntima do Estado com seus súditos existente neste país.

2.3 As bases da hegemonia americana

Com a II Guerra Mundial os EUA selaram definitivamente sua soberania. Os Estados Unidos aumentaram ainda mais sua importância econômico-financeira pois possuíam o maior parque industrial do mundo, responsável por 2/3 da produção (HOBBSAWM, 1995) além de ver as potências européias arrasadas pela grande guerra e afundadas em dívidas em dólar, que já neste momento era uma moeda extremamente forte. Este cenário trouxe implicações importantes para os rumos que seriam tomados pela economia mundial agora liderada pelos EUA. A discrepância observada entre os EUA e o resto das economias capitalistas era de tal magnitude que a maior ameaça à soberania daquele era o abandono do capitalismo como modo de produção e adoção do socialismo, "representado" pela URSS. Esta é uma diferenciação que devemos deixar clara desde o princípio: a luta contra o socialismo era travada entre os EUA e a pobreza dos países que saíram da guerra e, apesar das aparências, a URSS nunca esteve próxima de assumir a hegemonia mundial por não ter atributos nem financeiros, nem econômicos e nem militares para fazê-lo. E foi pela falta de cacife para participar de negociações com os americanos, que os soviéticos adotaram uma postura clara: Não fazer nenhum acordo. As limitações soviéticas eram de tal modo severas que, apesar do aparente domínio da tecnologia e iminência de um ataque nuclear, estes não possuíam nem aviões para levar as bombas nucleares e nem militares para montá-las.

"Ninguém sabia melhor que Stalin como era fraca a sua mão de jogo. (...) Mas a intransigência era a tática lógica. Que pagassem para ver o blefe de Moscou" (HOBBSAWM, 1995)

Apesar dos mísseis apontados de um lado ao outro da cortina de ferro e da aparente iminência de um novo conflito, nenhum dos dois lados estava, de fato, disposto a apertar o gatilho, seja por imaginar o poderio existente do outro lado, seja por saber de sua existência.

Dito isto, fica claro o papel que deveria ser exercido pelo novo *hegemon* na condução de sua política externa: era necessário prestar auxílio à reconstrução dos países do velho mundo de modo a manter a ameaça vermelha atrás do muro de Berlim. Neste momento os EUA aplicam em sua diplomacia a mesma política realizada internamente desde a Grande depressão de 1929. As medidas de forte intervenção estatal na economia através do estímulo direto e da busca do pleno emprego são aplicadas de forma análoga na Europa devastada. O grande volume de recursos viabilizados para a reconstrução do continente europeu através do Plano Marshall em acordo com a ideologia keynesiana fez com que a Europa, ainda no início da década de 60, ou seja, menos de duas décadas após o fim do conflito armado, tivesse uma taxa de desemprego médio de espantosos 1,5%.

A Europa (com exceção da Grã-Bretanha) manteve um ritmo de crescimento maior que o americano no período que vai de 1950 a 1973. As políticas keynesianas adotadas, no entanto, trouxeram benefício para o sistema global, o que beneficiou duplamente a economia americana. Em primeiro lugar os EUA eram o motor da economia mundial, e as medidas mantiveram sua indústria doméstica aquecida, fosse para atender ao aquecido mercado interno americano, ou para exportar para uma Europa necessitada de vários bens não atendidos pelas indústrias nacionais.

Em segundo e mais importante, devido às políticas protecionistas adotadas pelos países envolvidos na guerra, as empresas americanas, com incentivo do Governo passaram a se internacionalizar, abrindo filiais européias. Em outras palavras, como os países europeus impunham barreiras para os produtos americanos, as empresas transferiram a planta produtiva integralmente para aquele continente. Os EUA incentivaram a globalização da economia através de suas multinacionais.

Conforme o Plano Marshall atingia seus objetivos, as empresas européias adotaram o mesmo modelo de expansão, em especial para os mercados latino-americanos. Esta parceria entre o Governo dos Estados Unidos e o Capital privado daquele país consiste até hoje em um modelo vitorioso de gestão da política externa e influência econômica. Através do controle das matrizes, a economia americana tem reflexo direto no nível de atividade produtiva de praticamente todos os países do mundo.

Em outra tentativa de reorganizar e, em certa medida, rebalancear a economia mundial, o novo *hegemon* tratou de determinar a criação de um conjunto de regras internacionais que pudessem dar ao sistema mundial alguma estabilidade.

Para tanto foram criados, no imediato pós guerra, dois órgãos multilaterais de importante influência na economia mundial: A ONU e o FMI.

- A ONU surgiu em 24 de outubro de 1945 após a promulgação da "Carta das Nações Unidas". O termo "Nações Unidas" foi utilizado por Roosevelt, então presidente dos EUA na "Declaração das Nações Unidas", de 1942, ainda durante a II GM, quando 26 países demonstraram sua intenção de lutar contra as forças do Eixo formada por Alemanha, Japão e Itália. Cinco países participam, ainda, do Conselho de Segurança da ONU, que permite o poder de veto a medidas aprovadas nas reuniões. São eles EUA, China, França, Reino Unido e Rússia.
- O FMI atualmente é formado por 185 países, os quais têm direito de voto correspondente à quota comprada por cada nação. Os EUA lideram o poder de voto com 17% do total, seguidos por Japão com 6,1% e Alemanha com 6%. Se somado o poder de voto dos primeiros 55 países esse valor totaliza 55%. Dada esta enorme fragmentação o fato de os EUA possuírem 17% permite que este exerça de grande influência nas votações. A organização tem 3 objetivos: *Surveillance*, ou seja, o monitoramento das atividades econômicas e financeiras dos países com foco na prevenção de crises; Provisão de empréstimos a países com dificuldades em seu Balanço de Pagamentos; e a prestação de Assessoria Técnica em suas áreas de *expertise* e no combate à lavagem de dinheiro e terrorismo.

Através destes mecanismos multilaterais, de diversos acordos bilaterais e da influência exercida sobre outros países como Israel, (que recebe bilhões de dólares em ajuda direta e armamentos, o que o torna dependente), é que os EUA conduzem a o ambiente político como querem. Em alguns casos, os americanos agem contrariamente a seus próprios instrumento de ação, como na invasão do Iraque em 2003, episódio no qual estes precisaram de uma manobra diplomática para driblar o possível veto dos franceses, em nome do Conselho de Segurança da ONU. Esta contradição na condução da política internacional, no entanto, é garantida pela importância fundamental dos EUA como defensor (como no caso de Israel), investidor ("O setor financeiro que parece tão internacional enquanto gira velozmente pelo mundo usa, na verdade, um passaporte americano", MANN, 2006)

ou ainda, militarmente aliado de grande parte das nações (países membros da OTAN). Em outras palavras, os EUA garantem, através de seus acordos bilaterais, a aprovação de medidas de seu interesse nos órgãos multilaterais.

O Mundo viveu, sob a égide da hegemonia americana durante as décadas de 60 e 70, a sua Era de Ouro. "A produção de produtos manufaturados quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de manufaturas aumentou 10 vezes" (HOBBSAWM, 1995). Como já apresentado no capítulo 1, só a ascensão de um *hegemon* pode prover o sistema internacional da regulação e ordem necessárias para o bom funcionamento da economia, não sendo errado dizer, portanto, que, não fosse pelo papel de liderança exercido pelos EUA, a economia mundial teria demorado muito mais tempo para se recuperar dos profundos danos causados pela "Grande Guerra Mundial". E só houve esse consenso dado o reconhecimento, com credibilidade, por parte das nações desenvolvidas e principalmente de sua população (ou súditos) de que o caminho proposto pelos EUA traria benefícios para todo o sistema internacional.

A Era de Ouro foi marcada por uma escalada no padrão de vida observado pelos países europeus. O padrão industrial de Henry Ford, as linhas de montagem, invadiu o mundo através das filiais de empresas americanas seja no setor automotivo ou em setores como a construção civil e as redes de *FastFood*, disseminando o "American way of life" e emitindo claramente a mensagem de que os EUA agora lideravam o mundo.

"O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: geladeira, lavadora, telefone (...)" (HOBBSAWM 2005)

3. Fim do ciclo?

3.1 Fim do ciclo?

O debate sobre a perenidade do ciclo hegemônico americano vem ganhando destaque no cenário internacional. Fatos importantes como a eleição de Barack Obama para presidente e seu altíssimo índice de popularidade não só dentro dos Estados Unidos, como em todos o mundo (vide o célebre discurso feito por Obama em Berlim para mais de 200 mil pessoas e o gigantesco número de acessos ao seu discurso de posse na internet - www.youtube.com) e a crise econômica que derrubou empresas nomeadamente sólidas como as instituições financeiras *Merril Lynch* e *Lehman Brothers*, detentores do disputado "rating A+" das agências de avaliação de risco, trazem todos os dias novas informações sobre a real saúde da hegemonia americana.

No mundo acadêmico a tese de que a o ciclo americano estaria chegando ao fim não é um consenso. Diversos autores argumentam sobre a impossibilidade de prevermos o futuro e sugerem um cenário de incerteza, apontando fatores que atuam em direções ambíguas.

Se por um lado os EUA ainda possuem o maior PIB do mundo, 51 das 100 maiores empresas e a *ignorantão* da moeda de troca mundial, por outro lado também é possível argumentar que desde o ataque às torres gêmeas o Governo Bush tomou atitudes equivocadas que não agradaram às nações aliadas e, tampouco, aos inimigos. A invasão do Iraque exemplifica bem a nova diretriz vinda de Washington. Neste episódio, os EUA usaram de uma manobra diplomática, se apoiando em resoluções anteriores, para não trazer o caso para a mesa do Conselho de Segurança. Dessa forma os Estados Unidos driblaram o possível veto ameaçado pela França (com o apoio da Rússia e China) na promoção de uma guerra preventiva contra um adversário à primeira vista sem sentido. Como definido por Noam Chomsky:

"Accordingly, as the new imperial strategy was announced, the war drums began to beat to rouse public enthusiasm for an attack on Iraq. At the same time the midterm election campaign opened. The conjunction already noted, should be kept in mind. The target of preventive war must have several characteristics:

1. It must be virtually defenseless
2. It must be important enough to be worth the trouble

3. There must be a way to portray it as the ultimate evil and imminent threat to our survival" (CHOMSKY, 2004)

Outra prova reside no discurso americano de que esta não foi uma atitude unilateral, dado que tal movimentação foi aprovada pela OTAN.

Esta postura de utilização primordial do "Poder Bruto" e abandono parcial (ou total em alguns casos mais específicos) do "Poder Brando" pode ter sido um tiro no pé do poder americano. Ou, nas palavras de Joseph Nye Jr.:

"Hoje em dia, os fundamentos do poder têm se afastado da ênfase na força militar e na conquista. Paradoxalmente, as armas nucleares foram uma das causas" (NYE, 2002)

Em 2002, no mesmo trabalho em que faz a afirmação acima, Nye aponta seis diretrizes que deveriam ser seguidas pelos EUA como sendo os principais pontos de atenção para a manutenção do poder americano no futuro próximo. Como veremos nos comentários a seguir, a política externa Norte Americana tem se mostrado inadequada:

1. Conservar o equilíbrio do poder em regiões importantes: Os EUA têm falhado grandemente em manter o controle sobre regiões estratégicas. São constantes as mensagens desafiadoras vindas do Oriente médio, que, apesar da invasão do vizinho Iraque, vem ameaçando a hegemonia americana através do programa nuclear iraniano. Caso semelhante ocorre na Coreia do Norte onde o ditador, Pyongyang, continua realizando testes nucleares, ignorando avisos da comunidade internacional, e recentemente prendeu e condenou duas jornalistas americanas a 12 anos de prisão em um campo de trabalhos forçados¹. Não obstante, a Coreia do Norte continua mandando diversas mensagens em tons desafiadores aos EUA:

"Se os Estados Unidos e os seus seguidores infringirem a soberania da nossa República um bocadinho que seja, o nosso Exército e povo lançarão uma retaliação cem vezes, mil vezes, maior com um ataque militar impiedoso".

"O programa militar não é monopólio dos EUA."²

A postura da Coreia do Norte vem se enrijecendo desde a inclusão do país no eixo do mal em 2002 (discurso anual sobre o Estado da União, Presidente Bush, 29/01/2002), que também inclui o Irã e incluía o Iraque. Apesar da intervenção americana no Iraque, este é considerado o mais indefeso dentre os países do "eixo". Apesar das sanções econômicas a estes países, os EUA atuam de forma

bem menos intransigente no cenário diplomático internacional com relação aos outros dois países. Ambos possuem programas nucleares em andamento.

2. Promover uma economia internacional aberta: Como visto no primeiro capítulo, é dever do *hegemon* zelar pelo sistema político-econômico internacional. Esta função envolve a garantia da abertura dos mercados evitando que os países adotem medidas protecionistas, o que prejudica o sistema global. A abertura traz, ainda, uma vantagem extra para o *hegemon*, dada a condição privilegiada de sua economia e de suas empresas. Os Estados Unidos, que deveriam zelar pelas regras da OMC e garantir sua vigência, são, ao lado da União Européia, os maiores transgressores das regras desta instituição.³ O protecionismo americano se acentuou na "Era Bush II" como aponta o jornalista Paulo Moreira Leite do jornal O Estado de São Paulo:

"Passei dois anos em Washington, como correspondente da Gazeta Mercantil. [...] Ouvi deputados republicanos e democratas, entrevistei sindicalistas, assisti audiências variadas. Minha conclusão é que os chamados representantes do povo americano não têm o menor interesse em abrir o mercado interno para as exportações estrangeiras."⁴

A postura protecionista tem se acentuado ainda mais no recém empossado Governo Obama. O plano de governo apresentado por Barack Obama ao Congresso americano estipula que apenas minérios, como ferro e aço, e manufaturados produzidos em território Norte Americano podem ser usados em obras e projetos de construção contemplados pelo pacote de ajuda financeira, em uma cláusula chamada de "Buy American". Este movimento foi condenado mesmo por países aliados, como Brasil.

3. Preservar os bens comuns internacionais: O autor reconhece os bens públicos do século XX como as instituições jurídicas, a democracia e tratados de não-proliferação das armas nucleares. Neste sentido, fica evidente o abandono dos EUA de uma política voltada para ações diplomáticas e a priorização de movimentos militares e intervenções diretas. A invasão do Iraque, as incursões militares no Afeganistão na busca por Osama Bin Laden e até mesmo a entrada em território Somali na reparação de falhas de ações preventivas/diplomáticas demonstram a nova diretriz imposta aos inimigos americanos.

"Com freqüência armas criam impérios, mas é preciso mais do que armas para mantê-los, como diz o ditado do tempo de Napoleão: "Você pode fazer qualquer coisa com baionetas, menos sentar em cima delas". [...] Quando se perde a capacidade de conseguir amigos e colaboradores suficientes entre os súditos, as armas por si só não bastam. (HOBSBAWM, 2007, p. 49)

Outros incentivos à democracia e instituições jurídicas nacionais que antes eram oferecidos pelo Governo americano já estavam em declínio em 2002 e vêm se tornando cada vez mais escassas.

"A ajuda externa dos Estados Unidos caiu para 0,01% do PIB, ou seja, o correspondente a cerca de um terço dos níveis europeus, e, no comércio, as medidas protecionistas costumam prejudicar muito os países pobres". (NYE, 2002, p. 237)

4. Manter as normas e instituições internacionais: Ao fim da II GM os EUA montaram um conjunto de organismos internacionais que, como visto, têm a função de garantir a estabilidade do cenário político, diplomático e econômico internacional. Considerando-se como órgãos internacionais mais importantes a ONU, o FMI e a OMC, pode-se dizer que os EUA apenas são coerentes com as diretrizes do FMI, instituição na qual os EUA são votantes majoritários, conforme especificado no capítulo 2.

Quanto à OMC, os EUA são recorrentemente acusados de protecionismo inclusive por países aliados como o Brasil.

É interessante notarmos a posição adotada pela China quanto a estes dois fenômenos. No primeiro caso o não-veto à punição americana é, na verdade, a postura esperada de um *hegemon* comprometido com a manutenção do importante papel desempenhado pelos órgão multilaterais. Já na Organização Mundial do Comércio, a China também não se mostra satisfeita com o protecionismo americano:

"Certos países adotaram cláusulas para dar preferência à compra de produtos nacionais em seus planos de estímulo da economia", destacou um porta-voz do ministério de Comércio, Yao Jian. "Estamos profundamente preocupados com isso"⁵

5. Contribuir com o desenvolvimento econômico: Apesar da inquestionável importância dos EUA na economia mundial, esta sofreu muito com a crise e amargou no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009 uma diminuição de seu nível de atividade econômica. Os países emergentes, puxados

pela China que, em plena crise, trabalha com expectativa de crescimento de 8% em 2009, são os que menos sofreram enquanto o FMI prevê crescimento de apenas 0,5% do PIB mundial.

"Fiquemos então com a previsão de janeiro do Fundo Monetário. As economias avançadas (na terminologia do FMI) devem apresentar um declínio de 2,0% em 2009, sendo que as maiores quedas serão em Reino Unido 2,8%, Japão 2,6%, Alemanha 2,5%, Itália 2,1%, França 1,9% e Estados Unidos 1,6%. A área do Euro deve apresentar variação de -2,0% e os NICs asiáticos -3,9%. Ou seja, os países mais ricos devem liderar a queda da produção mundial de bens e serviços."⁶

Em relação à Pesquisa e Desenvolvimento, os EUA ainda são os maiores pesquisadores, concentrando 30% do gasto mundial com P&D, seguidos por Japão 16% e Alemanha 15% e França 9%, de acordo com o estudo "Beyond Borders: The Global Innovation 1000" realizado por uma consultoria internacional. Ainda segundo este estudo a principal característica observada nos últimos anos em relação às atividades de P&D é a globalização dos investimentos. Assim, a Ásia recebeu em 2008 US\$27,8 bilhões provenientes do continente americano e US\$22,1 bilhões do continente europeu. A China lidera a "importação" de recursos de P&D com US\$24,7 bilhões, ou seja, quase 50% dos recursos destinados a todo o continente asiático. A Índia fica em segundo lugar com US\$13 bilhões.

6. Atuar como fomentador de coalizões e mediadores de disputas: Os EUA não tem desempenhado um bom papel na condução diplomática de disputas internacionais. Os recentes conflitos entre Equador, Venezuela e Colômbia quase produziram uma batalha armada regional e não tiveram participação americana, seja ela direta ou indireta. No continente africano a disputa entre piratas corsários somalis e nações que tiveram suas embarcações sequestradas também só teve atuação de Washington quando um capitão americano foi mantido refém. Neste ponto toda a comunidade internacional já exigia uma atitude por parte dos EUA, que se negava a intervir. A Coreia do Norte ameaça cada vez mais severamente uma ação militar (bombardeio) da Coreia do Sul, conflito este também ignorado pela Casa Branca.

Todos estes fenômenos são, na verdade, consequências da postura adotada pelo Governo Bush de intervir, inclusive militarmente, em todos os tipos de conflitos existentes até então. Esta política focada na intervenção militar desgastou a imagem americana, enfraquecendo seu papel de mediador de conflitos.

Assim, a partir das recomendações (ou ainda, questões necessárias à sobrevivência da hegemonia americana) dadas por Joseph Nye aos EUA e do cenário das decisões recentemente tomadas pelo Governo americano, a política externa aplicada pelos Estados Unidos parece falha por ser baseada, primordialmente, em ações militares.

Um fator também decisivo quanto a esta nova "política internacional" está no acirramento dos problemas internos enfrentados pelos EUA e que, cada vez mais, vem elevando seu peso (ou custo) para o Governo Norte-Americano. Quem acompanhou os noticiários das semanas imediatamente anteriores ao *Blitzkrieg* americano no Iraque pôde ver como a ausência de uma justificativa cabal atrasou e dificultou a operação militar. Isso porque os EUA, auto-declarados defensores universais da democracia, sendo este, inclusive, o motivo da intervenção no Oriente Médio, tem contas a prestar à população americana e aos Governos aliados em todo o mundo.

Mesmo quando o assunto não envolve baixas de soldados americanos ou a invasão de uma outra nação os EUA tem enfrentado grandes debates entre o Congresso e a Presidência. Recentemente as ações tomadas pelo Governo com relação ao auxílio às grandes corporações americanas em dificuldade devido à crise econômica dividiu novamente a opinião pública americana. De um lado o presidente Barack Obama (e também George Bush no final de seu mandato em 2008) procurando agir com o intuito de evitar a falência das grandes empresas americanas alegando que tal movimento aumenta o desemprego. Do outro lado, o Congresso, defendendo que apesar das dificuldades não seria o dinheiro público que salvaria instituições indolentes e que estas eram responsáveis por sua condição financeira. Com muito custo (inclusive político) e atraso, somente no final de janeiro (mais de 4 meses após a quebra do banco de investimento *Lehman Brothers*), o Congresso aprovou o pacote de auxílio econômico pleiteado pelo presidente Obama no valor de U\$819 bilhões. Conforme anuncia reportagem da BBC "O projeto foi aprovado por 244 votos contra 188. Nenhum deputado da oposição republicana votou a favor do pacote e até mesmo 11 democratas votaram contra."⁷

"Creio que isso indica uma crise crescente na sociedade americana, que encontra expressão na divisão política e cultural mais profunda ocorrida naquele país desde a guerra civil e numa aguda divisão geográfica entre a economia globalizada das duas costas marítimas e o interior, vasto e ressentido; entre as grandes cidade, culturalmente abertas, e o resto" (Hobsbawm, 2007, p. 52)

Já a China, que por ser uma ditadura não depende de aprovação de instituições equivalentes ao Congresso americano, encontra maior facilidade e pôde, com maior velocidade e eficiência, lançar um pacote de estímulo econômico quase 5 vezes maior que o americano⁸.

Essas dificuldades em equilibrar política externa com sua repercussão na opinião pública interna exige grande esforço do Governo americano em relação à qualidade e conteúdo da informação passada para sua população. Em alguns casos, chama a atenção a habilidade do Governo americano de conseguir apoio interno às suas decisões. A invasão do Iraque, por exemplo, devido à "grande possibilidade" de este possuir armas de destruição em massa mostrou possuir um apoio inicialmente baixo, porém, vigorosamente crescente da opinião popular americana:

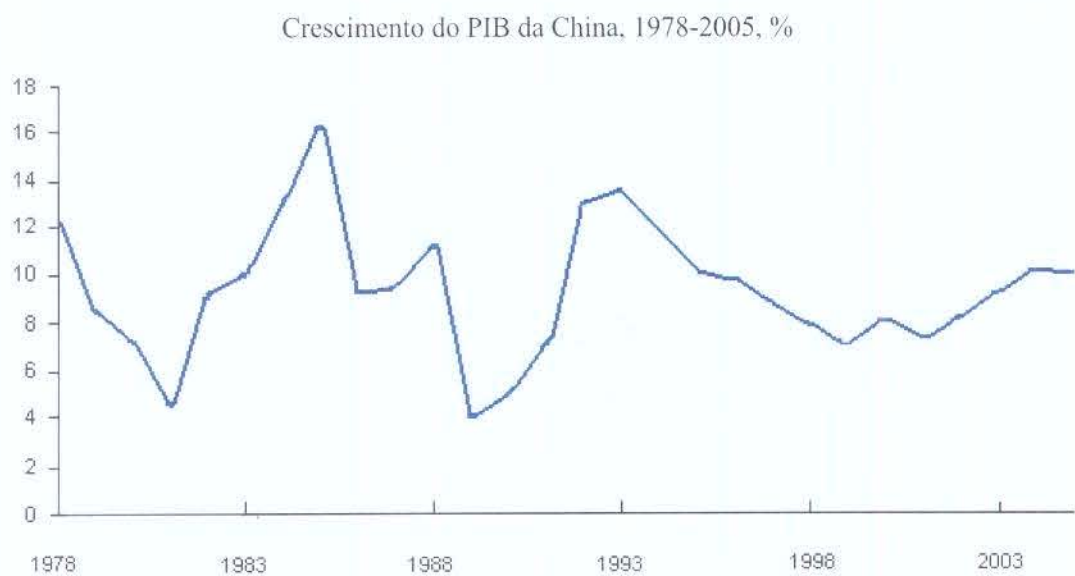
"Within weeks, some 60 percent of Americans came to regard Saddam Hussein as "an immediate threat to the US who must be removed quickly in self-defense. By March, almost half believed that Saddam Hussein was personally involved in the 9-11 attacks and that the hijackers included Iraqis. Support for the war was strongly correlated with these beliefs. [...] The propaganda impact persisted past the end of war. After the failure of intense efforts to discover WMD, a third of the population believed that US forces had found WMD and more than 20 percent believed Iraq had used them during the war." (CHOMSKY, 2004, p. 18 - 19)

3.2 A sucessão

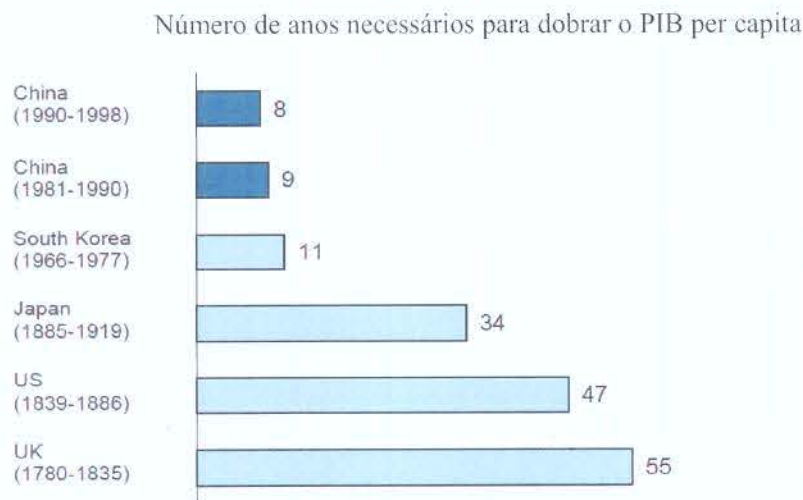
A primeira parte deste capítulo se preocupou em demonstrar que a mudança de postura de Washington, se baseando cada vez mais uma política externa apoiada em seus incomparáveis recursos militares em detrimento do uso da diplomacia e influência cultural – denominada por Nye como "Poder Brando" – tem surtido maus resultados para os EUA. A postura intransigente em relação ao eixo do mal, o protecionismo econômico em relação aos parceiros e a violação de decisões de órgãos multilaterais tem provocado, salvo a fidelidade inquestionável dos países membros da OTAN, o isolamento dos Estados Unidos. Nas palavras de Hobsbawm "O Governo americano reage contra o fato de que o império americano e seus objetivos já não são genuinamente aceitos" (Hobsbawm, 2007, p. 157)

Reforçando este movimento, o ritmo de crescimento da atividade econômica nos EUA vem sendo superado, com larga vantagem, pelos países emergentes,

sobretudo asiáticos. Este fenômeno foi extremado com a crise mas já ocorre desde o fim da crise asiática. Em casos como a China, o crescimento econômico é espantoso: O PIB *per capita* real chinês dobrou de tamanho entre 1981-1990 e novamente entre 1990-1998. As taxas de crescimento econômico vem se mantendo sistematicamente acima de 7% desde 1990.



Fonte: NBSC, *China Statistical Yearbook 2006*



Fonte: FMI, adapted from Professor Xie Qun.

A diferença de dinamismo injetado na economia pelos emergentes e pelos países desenvolvidos já é grande e crescente, o que torna a economia mundial cada vez mais dependente daquelas economias.

Obviamente, a participação atual das economias desenvolvidas no PIB mundial é significativa e não pode ser desprezada, porém mudanças importantes

são esperadas para as próximas décadas, com a ascensão das economias asiáticas, sobretudo a chinesa.

Alguns autores argumentam que haveria uma distribuição "natural" para o PIB mundial. Estes autores observam que historicamente há uma distribuição observada do PIB mundial entre as diferentes regiões/países e que, portanto, a ascensão de países como China e Índia já seria esperada e não passaria de um movimento de reequilíbrio.

Distribuição do PIB mundial, %

	1700	1820	1890	1952	1978	1995	2002	2005
China	23.1	32.4	13.2	5.2	5.0	10.9	14.5	17.4
India	22.6	15.7	11.0	3.8	3.4	4.6	4.8	5.3
Japan	4.5	3.0	2.5	3.4	7.7	8.4	6.8	6.13
Europe	23.3	26.6	40.3	29.7	27.9	23.8	25.5	23.5
US	-	1.8	13.8	28.4	21.8	20.9	21.5	21.2
USSR/ Russia	3.2	4.8	6.3	8.7	9.2	2.2	2.3	2.5

Fonte: Maddison 2004; FMI

No entanto, apesar de ser notável o potencial da economia chinesa, não há razão para crer que haja uma distribuição pré-determinada para cada região do mundo. Se mantidas as políticas da era Maoísta (1949 – 1978)⁹, é pouco provável que a China apresentasse as mesmas taxas de crescimento observadas (TORRAS 2009, cap. V) .

Outros países, que não a China, poderiam também pleitear o posto de próxima potência hegemônica. A razão que leva este estudo a apontar a China e não a zona do Euro, a Rússia, ou mesmo o Brasil como sucessora dos EUA reside na postura adotada por este. Como mostraremos, é evidente a política externa chinesa de assumir a liderança do cenário mundial através de um nível de atividade economia com crescimento acelerado e pujante de modo a impor sua economia como necessária às outras economias do mundo, desde seus vizinhos asiáticos até a economia americana e dos outros emergentes. A China parece conquistar seu espaço também em outros campos já citados como fundamentais para o exercício de um poder global como o domínio da tecnologia nuclear (e de armas nucleares), e a existência de empresas nacionais atuantes em todo o globo. Num outro plano a ser discutido, a China se impõe cada vez mais como líder regional na Ásia e busca

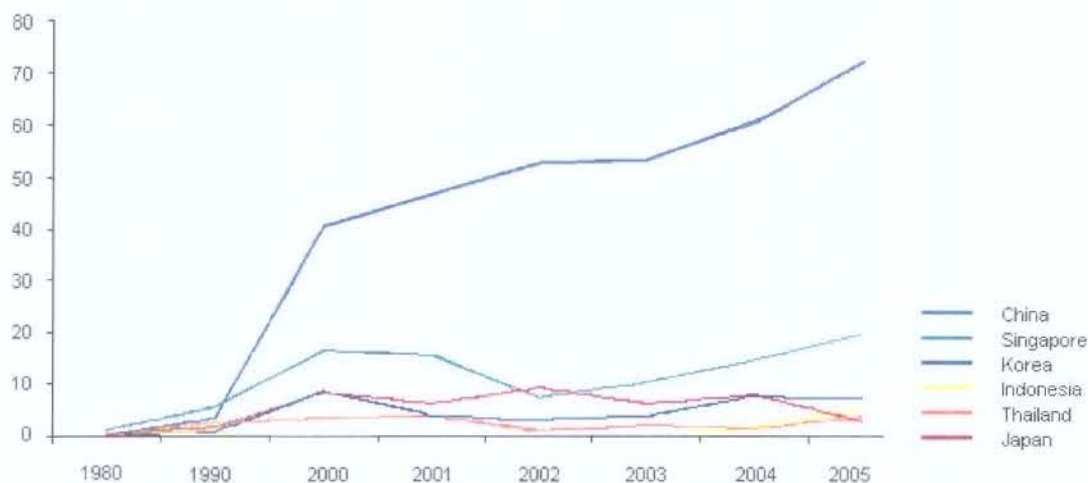
valorizar suas abundantes reservas através de investimentos em outros continentes, sobretudo o africano.

A influência da China na economia mundial vem sendo amplamente discutida sobretudo pela queda dos preços dos produtos manufaturados, o aumento dos preços das *commodities* devido à gigantesca demanda chinesa, etc.¹⁰ E seu peso econômico não deve ser desprezado, pois, apesar de a ascensão chinesa se aproximar do modelo da Grã-Bretanha, tanto os EUA quanto a última eram líderes econômicos mundiais incontestáveis quando do início de sua era hegemônica: "A Grã-Bretanha tornou-se o maior mercado importador de produtos primários de todo o planeta." (HOBBSAWM, 2007, p. 156)

A expansão acelerada da economia chinesa afeta ainda mais profundamente a dinâmica das nações vizinhas no sudeste asiático. Apesar de praticamente monopolizar o destino dos fluxos de Investimento Direto Externo, competindo com as outras nações do sudeste asiático, a China vem estreitando suas relações com todos os países emergentes. Isso porque a insaciável demanda por produtos primários, em especial alimentos, minérios e energia, estreita os laços entre as economias emergentes.

Nesta busca por *commodities*, a China tem, muitas vezes ela própria, efetuado o Investimento necessário em outros países. É o caso dos investimentos externos chineses e linhas de financiamento do Banco de Desenvolvimento Chinês na região e mesmo parcerias como a recém firmada com a Petrobrás. Só no último ano, a China anunciou um pacote de financiamento de US\$ 25 bilhões de dólares para investimentos no Sudeste asiático, uma parceria entre a Estatal chinesa, Sinopec e a Petrobrás para financiar US\$10 bilhões em troca de fornecimento de petróleo e investimentos em países africanos como Congo, Angola e Nigéria em troca de concessões para a exploração de jazidas minerais.¹¹ Os investimentos chineses no exterior continuam crescendo vigorosamente, em 2008 foram US\$ 52 bilhões em aquisições, quase 1/3 do valor americano e pouco abaixo dos US\$74 bilhões japoneses, porém houve um aumento de 63% em relação ao ano passado. Com as oportunidades criadas pela crise, a previsão para este ano é de impressionantes US\$ 100 bilhões.

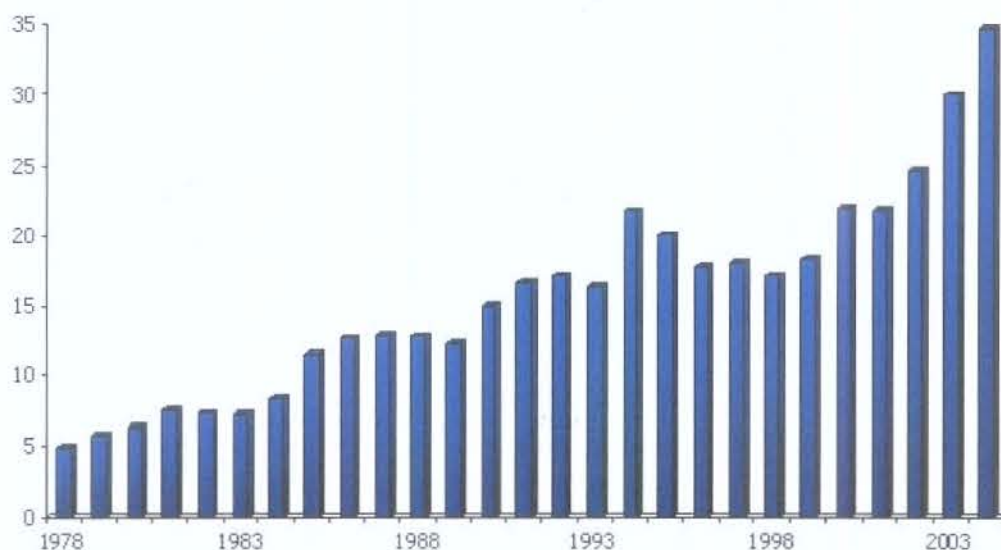
Investimento Direto Externo na Ásia



Fonte: UNCTAD

A alta competitividade dos países do sudeste asiáticos aliada aos fluxos de investimento chineses tem produzido altas taxas de crescimento do sudeste asiático. Sendo esta um região com baixo PIB per capita e carente de crescimento econômico, a China começa a exercer uma liderança benéfica para a região, o que faz com que outros países apóiem sua ascensão.

Exportações líquidas chinesas, % do PIB



Fonte:OECD

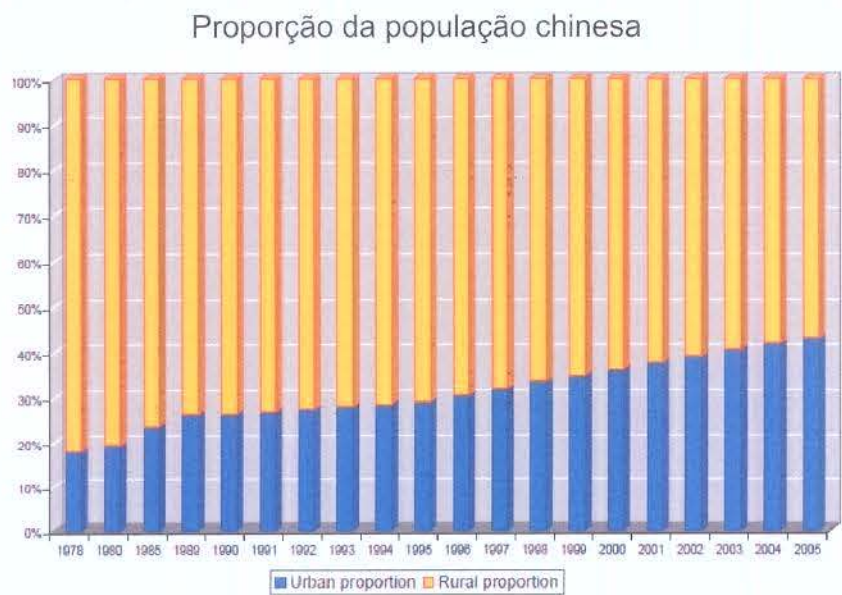
Segundo a consultoria McKinsey¹¹, a China produz 63% dos calçados do mundo, 36% do aço (um consumo 20 vezes maior que o brasileiro), 95% dos MP3 players e 75% dos brinquedos, mas a atual crise mostrou que o dinamismo

verificado na economia chinesa, apesar de possuir como uma de suas grandes bases a exportação¹², não se deve exclusivamente à exportação para os EUA. A queda de mais de 30%¹³ nas importações americanas desde a eclosão da crise não permitiria uma previsão de crescimento da ordem de 8% para economia chinesa para este ano (2009).

"O poder econômico tornou-se mais importante que no passado, tanto em virtude do aumento relativo do custo da força quanto porque os objetivos econômicos passaram a ganhar vulto nos valores das sociedades pós-industriais". (NYE, 2002, p. 35)

Os investimentos internos em infra-estrutura deverão proporcionar a construção de 5 milhões de edifícios, ou 40 bilhões de m² de área construída – algo como uma Suíça inteira –, 28000 km de trilhos de metrô – 28 vezes a malha de Nova York – e pavimentar 5 bilhões de metros de estradas até 2025. Para tanto, a China é hoje responsável pelo consumo de 55% do cimento produzido no mundo.

O mercado interno chinês, com seus mais de 1,2 bilhão de consumidores vem crescendo a uma velocidade espantosa e no primeiro trimestre de 2009, pela primeira vez na história o número de carros vendidos na China (2,59 milhões) superou o dos EUA (2,2 milhões de automóveis). A proporção da população urbana na China já chega a mais 40%, o dobro da participação em 1980. Somado a este movimento, a renda na cidade cresce mais, 7,7% ao passo que a renda no campo tem uma taxa de crescimento anual de 4,8% (Torras 2009 p. 134)



Fonte: NBSC, China Statistical Book 2006

No setor financeiro, desde Setembro de 2008, os 3 maiores bancos do mundo em valor de mercado são chineses. O maior banco do mundo em volume de depósitos também chinês – o Banco Comercial e Industrial da China tem US\$1,3 trilhão em depósitos superando os US\$ 1,03 trilhão do americano JPMorgan Chase¹¹.

A China possui, ainda, reservas de mais de US\$ 1,95 trilhão, desse valor mais de 1,4 trilhão está sob a forma de títulos do Tesouro americano, o que lhe concede notável conforto na relação com os EUA. A posição é de tal forma confortável que o primeiro ministro chinês Wen Jiabao se atreveu a duvidar publicamente da, até então, inabalável confiança da moeda americana: "Emprestamos uma enorme quantidade de recursos aos EUA. É claro que estamos apreensivos com a segurança dos nossos ativos. Para falar francamente estamos um pouco preocupado". "É um tema que nos preocupa: manter nosso dinheiro com os Estados Unidos depende mais deles do que de nós", completou Shen Danyang, diretor-geral adjunto do Ministério do Comércio chinês.

Aliado ao exposto acima, há mais um fator que favorece a China nas constantes quedas de braço com o Governo americano: quase a totalidade das grandes empresas multinacionais (o que inclui muitas das empresas americanas) possui plantas e/ou projetos de investimento em andamento no território chinês. A globalização da cadeia produtiva de tais empresas teve, como consequência, o aumento radical dos fluxos de investimento na China, onde a mão de obra é barata, o câmbio desvalorizado derruba os custos de produção e até mesmo impostos e a regulação do Estado (em termos de licenças ambientais, segurança no trabalho do e direitos do trabalhador) são extremamente reduzidos na comparação com outros países. Como demonstrado no capítulo 2, a hegemonia americana deve grande parte de resultados às empresas que invadiram territórios nacionais e difundiram o *"american way of life"*.

"Temos uma economia mundial em rápida globalização, baseada em empresas privadas transnacionais que se esforçam ao máximo para viver fora do alcance das leis e dos impostos do Estado, o que limita fortemente a capacidade dos governos, mesmo os mais poderosos, de controlar as economias nacionais" (HOBSEBAWM, 2007, p. 41)

Mesmo com forte restrição do Congresso e o alto custo político da ação, o Governo Obama interveio (ou estatizou) a General Motors americana, e a

seguradora AIG, ambas com dificuldades devido à crise financeira. Não há como negar que os EUA dependem vitalmente de suas corporações.

A atual posição em relação à economia mundial e seu exorbitante montante de reservas permite à China resistir às constantes pressões provenientes de países desenvolvidos, em especial os EUA, para deixar o câmbio flutuar.

A moeda chinesa, o *Yuan*, vem ganhando importância no cenário internacional. O Governo chinês tem se esforçado para impor sua moeda. " Em um novo sinal das ambições da China em matéria de moedas, um funcionário sugeriu ontem que o *Yuan* poderá representar mais de 3% das reservas monetárias globais para 2020.", diz reportagem da Gazeta Mercantil¹⁴. O Governo chinês tem planos – deliberados – de transformar o *Yuan* em moeda internacional. Desde o fim do ano passado, algumas províncias chinesas iniciaram um projeto piloto para realizar algumas transações com países do Sudeste Asiático na moeda chinesa, sem precisar do Euro ou Dólar. O projeto piloto se refere ao comércio entre algumas regiões chinesas e os membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) - Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Laos, Mianmar e Camboja. A China já possui acordos bilaterais semelhantes com a Argentina e o presidente Lula, em recente visita à terra do dragão também demonstrou interesse em excluir o Dólar/Euro do comércio entre os dois países.

3.3 Conclusão

O peso político e a importância da economia chinesa, apesar de inegáveis nos diversos aspectos descritos, ainda não são legitimados pelos EUA. Niall Ferguson, historiador da Universidade de Harvard alerta que se os EUA não se apressarem em realizar a reunião do G-2 com a China é capaz que esta faça o G-1 sozinha. Apesar de um recente relatório do Pentágono apresentado ao Congresso americano anunciar: "Há muita incerteza em relação ao rumo futuro da China, especialmente no tocante a como pode ser usado seu poderio militar crescente", os EUA parecem não se alertar quanto ao crescente aumento dos gastos militares chineses (14,9% no último ano).

"A forma típica de guerra do século XX, a guerra entre países, está em forte declínio. [...] Por outro lado, o perigo de uma grande guerra global, provavelmente decorrente da falta de vontade dos Estados Unidos de aceitar o surgimento da China como superpotência rival, não diminuiu, embora não seja imediato. (HOBBSAWM, 2007, p. 45)

A soberania bélica americana permanece, sim, incontestável, mas há uma vantagem proveniente do modelo ditatorial chinês que não deve ser ignorada. A forte resistência encontrada pelo Governo americano na invasão do Iraque reside intolância da comunidade americana (e dos parceiros americanos) às baixas de soldados americanos e até mesmo de civis iraquianos. Em um regime de ditadura os movimentos sociais são "mais facilmente" controlados pelo Governo. Um exemplo disto é a postura chinesa quanto ao pedido de emancipação do Tibet. O Governo simplesmente se negou a ouvir as autoridades tibetanas (auto-declaradas).

As vantagens práticas de controlar uma ditadura são, talvez, o maior trunfo nas mãos do presidente Hu Jintao.

"O desequilíbrio novo e mais notável que a globalização econômica criou, além da enorme desindustrialização da economia soviética e das economias socialistas da Europa oriental na década de 1990, é a progressiva mudança do centro de gravidade da economia mundial das regiões lindeiras do Atlântico Norte para as regiões da Ásia. Isso ainda está em seus estágios iniciais, mas vem se acelerando. Não há dúvida de que o crescimento da economia mundial nos últimos dez anos foi puxado em grande medida pelos dínamos asiáticos e, acima de tudo, pela extraordinária taxa de crescimento da produção industrial da China – 30% em 2003, em comparação com 3% para o mundo como um todo e 0,5% para a América do Norte e Alemanha. É claro que isso ainda não modificou de maneira mais profunda os pesos relativos da Ásia e do velho Atlântico Norte – os Estados Unidos, a União Européia e o Japão continuam a representar entre si 70% do produto mundial –, mas o simples tamanho da Ásia já está fazendo sentir. Em termos de poder de compra, o Sul, o Sudeste e o Leste da Ásia já representam um mercado que é dois terços maior do que o dos Estados Unidos. Como essa mudança global afetará a força relativa da economia americana é, naturalmente, uma questão vital para as perspectivas internacionais do século XXI. (HOBSBAWM, 2007, p. 43)

A China vem tem demonstrado força política e econômica nos últimos anos. Resistiu às pressões externas de valorização da sua moeda nacional e liberalizou o mercado, alavancando seu crescimento através de uma política dupla de aumento da atratividade de investimentos externos e metas de exportação. Neste caminho a China conquistou tantos parceiros quanto foi capaz e hoje representa parcela importante do comércio internacional. Não é raro presenciarmos autoridades chinesas no noticiário internacional acusando os EUA, em nome da comunidade internacional, de quebrar suas próprias regras nos órgãos internacionais. Enquanto os EUA viram (e vêem) crescer o número de inimigos devido à sua incontrolável política de intervenção militar, a China se apóia cada vez mais em seu dinamismo econômico para fortalecer sua base de aliados. Em 2002, Nye previu que o poder dos EUA não estava ameaçado alegando que "[...] os países muitas vezes reagem à ascensão de uma potência única "bradeando-se" – isto é, aderindo ao lado

aparentemente mais forte, não ao mais fraco". (NYE 2002, p. 44). Ele só esqueceu de determinar quem seria o lado mais forte nos próximos anos.

4. Notas

1) <http://www.opovo.com.br/internacional/883725.html>

2) Comunicado publicado pela Korean Central News Agency
<http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1387085>

3) De acordo com Peter Southerland. Peter Sutherland, presidente da BP e da Goldman Sachs International. Sutherland foi diretor geral e fundador da Organização Mundial do Comércio e diretor geral do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Ele foi também procurador da República da Irlanda e comissário da Comunidade Econômica responsável pela política de concorrência.
<http://mirinpucurio.blogspot.com/2009/02/omc-um-organismo-fragil-merce-das.html>

4) http://blog.estadao.com.br/blog/paulo/?title=a_derrota_de_bush_e_o_brasil_1&more=1&c=1&tb=1&pb=1

5) <http://oprofeta.net/?p=2168>

6) China e Índia garantem crescimento econômico em 2009 – José Eustáquio Diniz Alves - Professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e coordenador da Pós-graduação da ENCE/IBGE
http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/art_46_china_e_india_garantem_o_crescimento_07fev09.pdf

7) http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2009/01/090129_pacote_obama_camara_bg_cq.shtml

8) Como percentual do PIB

9) Mao Zedong, líder socialista chinês que precedeu Deng Xiaoping

10) Para mais detalhes ver: The Growth Report

11) Reportagem da Revista Veja – Abril 2009

12) Devido ao grande volume de importações, o Governo Chinês trabalha, hoje, com metas de exportação para evitar problemas na Balança de Pagamentos

13) <http://www.wsws.org/pt/2009/may2009/ptec-m29.shtml>

14) <https://conteudoclipppingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2009/5/21/china-quer-mais-espaco-para-o-iuane>

5. Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século**: [São Paulo] Ed. UNESP, 1996. 393p.
- ARRIGHI, Giovanni. **Hegemony Unravelling I**. New Left Review 32. Março e Abril, 2005
- ARRIGHI, Giovanni. **Hegemony Unravelling II**. New Left Review 33. Maio e Junho, 2005
- Jaruzelski, Barry & Dehoff, Kevin. **Beyond Borders: The Global Innovation 1000**. Strategy+Business issue 53, Winter 2008 http://www.strategy-business.com/media/file/sb53_08405.pdf
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada**, [São Paulo], Ed. UNESP, 2003.
- CHOMSKY, Noam. **Hegemony or survival: America's quest for global dominance**, [New York], Ed. Metropolitan / Owl Book, 2004. 289p. 1ª Edição
- COMMISSION ON GROWTH REPORT, **The Growth Report 2008**, World Bank, 2008
- FERGUSON, Niall. **An imaginary retrospective of 2009**. 2009. <http://www.niallferguson.com/site/FERG/Templates/ArticleItem.aspx?pageid=198>
- FIORI, J.L. **Globalização, hegemonia e império**, in TAVARES, M.C. & FIORI, J.L. **Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização**. [Petrópolis] Ed. Vozes, 1998. 413p. 6ª Edição
- FIORI, J.L. **O poder global americano: formação, expansão e limites do poder global**, in FIORI, J.L. **O Poder Americano**: [Petrópolis] Ed. Vozes, 2005. 454p. 2ª Edição
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. In Ricardo Bielschowsky. **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Vol. I, Cofecon-Cepal, [Rio de Janeiro], Ed. Record, 2000.
- HOBSBAWM, E.J. **A Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991**: [São Paulo] Companhia das Letras, 1995. 598p.
- HOBSBAWM, E.J. **Capitalismo, Democracia e terrorismo**. Tradução José Viegas. [São Paulo]. Companhia das letras, 2007
- Jaruzelski, Barry & Dehoff, Kevin. **Beyond Borders: The Global Innovation 1000**. Strategy+Business issue 53, Winter 2008 http://www.strategy-business.com/media/file/sb53_08405.pdf
- MANN, Michael. **O Império da Incoerência**. [Rio de Janeiro; São Paulo]: Ed. Record, 2006. 376p.
- MORRIS, R. Charles. **The Tycoons**. [Porto Alegre]: Ed. L&PM Editores, 2005. 392p.
- Nye, Joseph S. Jr. **O paradoxo do poder americano. Porque a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. [São Paulo] Editora UNESP, 2002
- TAVARES, M.C. & BELLUZZO, L.G. **A mundialização do capital e a expansão do poder americano**, in FIORI, J.L. **O Poder Americano**: [Petrópolis] Ed. Vozes, 2005. 454p. 2ª Edição

TORRAS, Luis. La reforma económica: Claves para entender La economía China. 1ª Edição. 2009

WWW.ONU.ORG – Website da "Organização das Nações Unidas"

WWW.IMF.ORG – Website do "Fundo Monetário Internacional"